

Multiculturalidade sugere conhecimento, reconhecimento e respeito

NRE Cascavel

Postado em: 19/04/2016

Atividades alusivas à Semana Cultural Indígena destacam o fato de que, no Brasil, grande parte da população local, regional e nacional persiste em não reconhecer as Comunidades Tracionais Indígenas como cidadãos brasileiros, referindo-se aos mesmos como algo do passado.

Atividades alusivas à Semana Cultural Indígena destacam o fato de que, no Brasil, grande parte da população local, regional e nacional persiste em não reconhecer as Comunidades Tracionais Indígenas como cidadãos brasileiros, referindo-se aos mesmos como algo do passado.

Na tentativa de reeducar olhares para maior reconhecimento às expressões culturais e sociais, evidenciando a importância do diálogo intercultural, o professor de História Luiz Carlos Kanigoski, da Equipe de Educação Básica do Núcleo Regional da Educação de Cascavel, defende a visualização de um novo modelo de sociedade que respeite e integre de fato toda essa riqueza histórica e sociocultural dos povos indígenas.

De acordo com o professor Luka, "Nesta semana, bem como durante todo ano, devemos fazer reflexões para melhor conhecer e respeitar a multiculturalidade, legada pelas diferentes etnias que constituem o nosso país".

Nesse sentido, destaca alguns apontamentos de José Ribamar Bessa Freire:

- 1 - O índio não é "genérico" - Cada comunidade tem seus costumes, crenças e culturas. São 200 etnias, que falam 188 línguas diferentes.
 - 2 - As culturas indígenas não são atrasadas - Os povos indígenas produzem saberes, ciências, arte refinada, literatura, poesia, música, religião, entre outros.
 - 3 - As culturas indígenas não são congeladas - Pensar que todo índio deveria andar nu ou de tanga é um equívoco tão grande que quando vemos o contrário tem gente acha estranho.
 - 4 - Os índios não fazem parte apenas do passado - Como mostramos aqui, eles estão aí defendendo sua cultura. Também é errado pensar que a cultura deles é contrária ao desenvolvimento e a tudo que é moderno.
 - 5 - O brasileiro é índio sim! - Muitos têm a ideia de que o povo brasileiro foi só formado por nações europeias e africanas. Na verdade, a origem vem de todos, mas o brasileiro tende a se identificar com a origem europeia que foi a principal colonizadora.
- O professor também sugere a leitura do texto a seguir.

O CAMPONÊS, A POPULAÇÃO NEGRA E OS POVOS TRADICIONAIS INDÍGENAS (Luiz Carlos Kanigoski)

No desenvolvimento do processo histórico brasileiro, bem como, do município de Cascavel, legou-se a invisibilidade ao camponês, ao negro, ao afrodescendente e às comunidades tradicionais indígenas e outros silenciados pela cartografia social como agentes históricos. Igualmente, seus

conhecimentos socioculturais próprios - pluriétnicos, os quais muito contribuíram à composição dos aspectos sócio históricos de nossa sociedade e que, por motivos vários, foram negligenciados.

Os sistemas educacionais, influenciados por um projeto civilizatório eurocêntrico/etnocêntrico, constituíram programas de ensino nonoculturais em que os agentes históricos são mencionados, pontualmente, em determinados períodos e depois desaparecem por completo da literatura histórica.

O silenciamento de determinadas categorias sociais no decorrer da composição do processo histórico, de determinadas sociedades, tem por finalidade evidenciar os eurodescendentes como etnias, por excelência, idealizadoras de uma cultura única sem a possibilidade de compartilhar com os demais a riqueza histórica e sociocultural local, regional e nacional.

Colaborando com a negação de identidades, a literatura, de qualquer gênero, e os meios midiáticos utilizam-se de padrões de manipulação e ocultação que possibilitam divulgação dos padrões dominantes, para conservar e reproduzir o status quo, constituindo um consenso acerca da verdade e dos valores socioculturais.

A invisibilidade social, dos agentes históricos, é mantida pelo Estado quando é negada a existência de determinados grupos sociais, bem como pela falta de reconhecimento institucional. O "mito da democracia racial" divulgado pela sociedade brasileira, na verdade omite reflexões a respeito das desigualdades raciais, étnicas e sociais.

Faz-se necessário ressaltar que os direitos étnicos e coletivos foram garantidos a partir da Constituição Federal de 1988 e da publicação das leis: 10.639/03 e 11.645/08, que respaldam a afirmação de identidades historicamente discriminadas. Ainda assim não opera abertamente com o reconhecimento às diferenciadas organizações socioculturais de distintos segmentos da sociedade brasileira.

Muitos desses segmentos sociais ainda são estigmatizados por um passado que os associa ao "atraso" ou à "pobreza", evidenciando uma desqualificação e exposição ao racismo, preconceito, discriminação e intolerância.

Urge a necessidade de reeducação do olhar sobre a valorização quanto ao diálogo intercultural que reconheça e respeite as expressões culturais e sociais. Além disso, compreenda a territorialidade específica de cada composição étnica para que se evitem conflitos oriundos de distintos modos de vida e possibilidades de mundo. Salienta-se, ainda, que uma nova cartografia social é possível quando observamos e respeitamos o direito à diferença.

A historiografia, na emergência de escriturar uma comunidade nacional, produziu vários esquecimentos. É o caso dos camponeses que, historicamente, são deslocados de seu território, provocando obstrução de suas condições de reprodução econômica e sociocultural. Aliado a isto temos, também, um modelo de desenvolvimento impactante aos recursos naturais, monocultor e um sistema econômico violador dos direitos humanos. Sabe-se da importância da agricultura familiar para a preservação da cultura camponesa, por meio da valorização destes sujeitos históricos em sua territorialidade. É imprescindível a afirmação da identidade desse sujeito social para que possamos visualizar um novo modelo de sociedade.

A despeito da significativa contribuição da população negra e dos povos tradicionais indígenas,

podemos especificar a riqueza dos conhecimentos, realizações e saberes nas artes, religiosidade, ritos de passagem, alimentos, técnicas, ciências, saúde, diversidade étnica e de línguas, literatura, narrativas pedagógicas e de fenômenos, filosóficos, socioeconômicos, organização, música, beleza e padrões estéticos, brinquedos e brincadeiras, dentre outros. Entretanto, toda essa riqueza histórica e sociocultural foi desprezada, possivelmente em benefício de um conhecimento cristalizado e por meio da influência eurocêntrica.

Considerando a dívida histórica que temos para com a população negra e com os povos tradicionais indígenas, entre outros, é que as instituições congregadas devem fazer valer as contribuições socioculturais para a visualização de tais etnias como categorias relevantes à composição política e sócio histórica da nação brasileira. Em sendo assim, poderão contribuir no processo de implementação das políticas públicas e na socialização das leis já publicadas para a concretização de uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica.

REFERÊNCIAS:

PARANÁ. Cadernos temáticos: Inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED, 2005.

PARANÁ. História e cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED, 2005.

PARANÁ. Educando para as Relações Étnico-Raciais II. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. Curitiba: SEED, 2008.

REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. Processo de Constituição da Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais. Guarapuava: 2008.